



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPIRANGA

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapiiranga o Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, acompanhado de sua equipe, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006014-37.2018.5.04.0000. Todos foram recebidos pela Juíza Diretora do Foro, Patrícia Helena Alves de Souza, pelo Coordenador, Tarcísio Parizotto, e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 02.08.2017

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Araricá, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiiranga

Período Correcionado: de 1º.01.2017 a 18.09.2018

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Patrícia Helena Alves de Souza	1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapiiranga gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Tarcísio Parizotto	TJAA	Coordenador (CJ1)	19.03.2018
2	Ricardo Tadashi Kawata	TJAA	Assistente (FC02)	08.04.2014
SEG	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	TJSEG	-	08.04.2014
SEG	Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira	TJSEG	-	08.04.2014
SERVIDORES LOTADOS NA CENTRAL DE MANDADOS				
	Servidor	Cargo		Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Patrícia Alves Montserrat	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		22.04.2008
2	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti			16.04.2010
3	Delamar Pereira Nogueira Neto			09.10.2012



4	Thiago Arthur Cembranel	11.04.2013
5	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	13.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 06.09.2018)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores no período correccionado

SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO			
Servidor(a)*	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Carlos Alberto Duarte Von Ahn	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc.	2	5
	LTS – Licença para Tratamento de Saúde	1	
	TREf – Fruição dos dias trabalhados nas eleições	2	
Ricardo Tadashi Kawata	LPF – Doença em Pessoa da Família	1	1
Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc.	2	26
	LTS – Licença para Tratamento de Saúde	14	
	LTS – Licença para Tratamento de Saúde - Odonto	10	
Tarcísio Parizotto	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc.	1	2
	DSAN – Doação de Sangue	1	

SERVIDORES LOTADOS NA CENTRAL DE MANDADOS			
Servidor(a)*	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Delamar Pereira Nogueira Neto	TREf – Fruição dos dias trabalhados nas eleições	1	1
Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	FALC – Falecimento de Pessoa da Família	8	37
	LPF – Doença em pessoa da Família	14	
	LTS – Licença Tratamento de Saúde	15	
Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	-	-	-
Maria Patrícia Alves Montserrat	LTS – Licença Tratamento de Saúde	19	19
Thiago Arthur Cembranel	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema RH em 06.09.2018)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período considerado: somente são computadas as ausências ocorridas a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema BI TRT4 em 06.09.2018, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e na Central de Mandados durante o período correccionado.



3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2016/09 a 2017/08	2.291	R\$ 9.223,05	R\$ 3.447,00
Média mensal	190,92	R\$ 768,59	R\$ 287,25
2017/09 a 2018/08	967	R\$ 453,46	R\$ 4.894,05
Média mensal	80,58	R\$ 37,79	R\$ 407,84
Variação	-57,79%	-95,08%	41,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 12.09.2018)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 80,58 certidões negativas por mês no período de setembro de 2017 a agosto de 2018, média 57,79% inferior à verificada no período anterior.

O Coordenador informa que, geralmente, as solicitações de certidão negativa são atendidas no mesmo dia, quando possível, ou, no máximo, no dia seguinte. Após a elaboração da certidão e a entrega à parte, o requerimento de solicitação e a Guia GRU são arquivados em pasta própria. Quando a certidão é enviada por e-mail (CEAT – Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas), hipótese na qual o pagamento de emolumentos é dispensado, os emolumentos dispensados são lançados no programa Boletim Foro.

3.2 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

CADASTRO DE PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Ação Cautelar	1	0	-100,00%
Carta de sentença	7	13	85,71%
Embargos de Terceiro	15	0	-100,00%
Reclamatória-Ordinário	1	0	-100,00%
TOTAL	24	13	-45,83%
MÉDIA POR MÊS	2,00	1,08	-45,83%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

Constata-se que, nos últimos doze meses, foram cadastrados 13 processos físicos no Foro Trabalhista de Sapiroanga, registrando-se uma média mensal de 1,08. Esse número foi inferior em 11 aos cadastros realizados nos doze meses anteriores, constatando-se uma queda de 45,83% na média mensal. Constata-se, ainda, que a totalidade desses cadastros corresponde a ações acessórias cujo processo principal já se encontrava cadastrado no sistema inFOR.

3.3 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

PETIÇÕES E DOCUMENTOS PROTOCOLADOS			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2016/09 a 2017/08	10.252	220	46,60
2017/09 a 2018/08	7.379	223	33,09
Variação	-28,02%	1,36%	-28,99%



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

No período de 2017/09 a 2018/08, foram protocolizadas 7.379 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 33,09 registros diários de petições. Na comparação com os números dos doze meses anteriores, verifica-se uma queda de 28,99% na média de petições e documentos protocolizados – isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando considerável redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapiroanga.

3.4 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Sapiroanga localiza-se junto à CCDF, no primeiro andar do prédio do Foro. O Coordenador informa que, quando do recebimento das guias/lotas de processos para remessa ao arquivo, estes são conferidos e guardados em lotes devidamente amarrados e identificados.

Ainda, conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que os processos arquivados antes de 2016 estão separados por lotes com informação sobre a Vara que estão vinculados, a partir desse período houve renumeração dos processos físicos e o arquivamento passou a observar sequência única. Segundo o Coordenador, após a implantação do PJE, reduziu consideravelmente a quantidade de processos físicos tramitando e pendentes de arquivamento; portanto até o final de 2019 a unidade não terá problema com o espaço físico disponível. A última remessa de lotes para o arquivo centralizado foi em 2014.

3.5 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXCEDIDO			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000250.34.2012.5.04.0371	09.08.2018	23.08.2018	20

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de um processo em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes ou sem que tenha sido registrada a respectiva devolução no sistema informatizado.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapiroanga está dividida em cinco setores:

SETOR 01: Sapiroanga – bairros: São Luiz, Piquete, Santa Fé, Vila Irma, Vila Nova, Município de Nova Hartz. Oficial responsável: Maria Patrícia Alves Montserrat;

SETOR 02: Sapiroanga – bairros: Amaral Ribeiro, Sete de Setembro, São Jacó, Município de Araricá. Oficial responsável: Delamar Pereira Nogueira Neto;

SETOR 03: Sapiroanga – bairros: Centro, Centenário, Oeste e Quatro Colônias. Oficial responsável: Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes;



SETOR 04: Campo Bom – bairros: Celeste, Centro, Bela Vista, Zona Industrial Sul, Bem Viver Um, Sempre Unidos, Esperança, Operária, Floresta, Vila Nova, Vila Rica, Gringos, Cohab Sul, Bela Vista, Porto Blos, Dona Augusta, 25 de Julho, Cohab Leste, Jardim do Sol, Quatro Colônias. Oficial responsável: Thiago Arthur Cembranel;

SETOR 05: Campo Bom – bairros: Imigrante Norte, Ipiranga, Genuino Sampaio, Aurora, Loteamento Fireze, Metzler, Solar do Campo, Alto Paulista, Loteamento Industrial Norte, Rio Branco, Colina Deuner, Santa Lúcia e Santo Antônio. Oficial responsável: Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti.

O revezamento dos oficiais de justiça entre os setores é realizado a cada três meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

De acordo com o Coordenador da Central de Mandados, os mandados de processos físicos são distribuídos semanalmente, sendo que as varas encaminham os mandados à CCDF nas sextas-feiras, e a distribuição aos oficiais é feita nas segundas-feiras. Já os mandados urgentes ou em regime de plantão são recebidos das varas em qualquer dia da semana, e distribuídos imediatamente ao oficial de justiça responsável.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, os mandados físicos devolvidos pelos oficiais à CCDF são encaminhados às Varas junto com o protocolo do dia, na manhã do dia seguinte.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

NÚMERO DE MANDADOS RECEBIDOS – PROCESSOS FÍSICOS		
	Total	Média mensal
2016/09 a 2017/08	782	65,17
2017/09 a 2018/08	388	32,33
Variação	-50,38%	-50,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

NÚMERO DE MANDADOS RECEBIDOS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2016/09 a 2017/08	5.584	465,33
2017/09 a 2018/08	4.306	358,83
Variação	-22,89%	-22,89%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

No período de setembro de 2017 a agosto de 2018, a Central de Mandados de Saporanga recebeu 4.694 mandados, sendo 388 de processos físicos e 4.306 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 391,17 mandados, 26,26% menor do que a média verificada nos doze meses anteriores (530,50).

4.3.2. Cumprimento de mandados

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Busca e Apreensão	6	7	16,67%
Citação	267	67	-74,91%



Condução de Testemunha	3	0	-100,00%
Notificação	188	189	0,53%
Penhora	250	89	-64,40%
Outros	99	37	-62,63%
TOTAL	813	389	-52,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Notificação	4.294	891	-44,75%
Mandado	1.287	3.374	446,39%
Ofícios	40	14	157,14%
TOTAL	5.621	4.279	10,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

Foram cumpridos 4.668 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores no período de 2017/09 a 2018/08, dos quais 389 oriundos de processos físicos e 4.279 de processos eletrônicos; dessa forma, a média geral de mandados cumpridos por mês alcançou 389. Houve uma redução de 1.766 mandados cumpridos nesse período na comparação com os doze meses anteriores, correspondendo a uma queda de 27,45% na média mensal de mandados cumpridos.

Em relação aos tipos de diligência nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente entre 2017/09 e 2018/08 (189), seguida pela penhora (89). Já nos processos eletrônicos, os mandados de execução foram os mais frequentes no período avaliado (3.374), seguidos pelas notificações (891).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Busca e Apreensão	3,00	10,00	233,33%
Citação	9,76	9,51	-2,63%
Condução de Testemunha	21,67	-	-
Notificação	8,90	7,44	-16,40%
Penhora	17,29	15,06	-12,93%
Outros	6,54	8,14	24,48%
PRAZO MÉDIO GERAL	11,48	9,65	-15,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Notificação	7,62	10,15	33,19%
Mandado	12,16	10,90	-10,34%
Ofício	5,58	8,93	60,15%
PRAZO MÉDIO GERAL	8,65	10,74	24,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pelos oficiais de justiça lotados na Central de Mandados de Sapiroanga recuou 15,91% no interregno de 2017/09 a 2018/08, na comparação com os doze meses anteriores. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento (em média,



15,06 dias), seguidas pelas buscas e apreensões (média de 10 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (7,44 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 10,74 dias no período avaliado – lapso 24,22% maior do que aquele verificado nos doze meses anteriores. Dentre essas diligências, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (10,90 dias), enquanto os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (8,93 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

	NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	0	0,00%	4	57,14%
Citação	100	37,45%	25	37,31%
Condução de Testemunha	0	0,00%	0	-
Notificação	62	32,98%	52	27,51%
Penhora	109	43,60%	39	43,82%
Outros	19	19,19%	12	32,43%
TOTAL GERAL	293	36,04%	132	33,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

	NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	1.199	27,92%	383	42,99%
Mandado	564	43,82%	1.399	41,46%
Ofício	8	20,00%	4	28,57%
TOTAL GERAL	1.771	31,51%	1.786	41,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi pequeno o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal, comparado com a média das demais Unidades da 4ª Região.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 132 mandados após o decurso do prazo legal entre setembro de 2017 e agosto de 2018, valor correspondente a 33,93% de todos os mandados cumpridos – percentual inferior ao verificado nos doze meses anteriores (36,04%). Os mandados de busca e apreensão foram a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal no período avaliado (57,14%), seguidos pelas penhoras (43,82%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.786 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores entre 2017/09 e 2018/08 – o equivalente a 41,74% de todos os mandados cumpridos no período (percentual superior ao verificado nos doze meses anteriores). Dentre essas diligências, os mandados apresentam o maior índice de devolução com atraso (41,46%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos na Unidade Judiciária:



MANDADOS COM MAIOR TEMPO PARA CUMPRIMENTO - PROCESSOS FÍSICOS

Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001014-54.2011.5.04.0371	Penhora	22/01/2018	26/03/2018	63
0036400-91.2001.5.04.0373	Citação	04/12/2017	31/01/2018	58
0000913-06.2014.5.04.0373	Penhora	18/06/2018	14/08/2018	57
0129600-65.1995.5.04.0373	Notificação	14/02/2018	10/04/2018	55
0000320-14.2013.5.04.0372	Penhora	14/02/2018	05/04/2018	50
0031500-55.2007.5.04.0373	Penhora	22/01/2018	12/03/2018	49
0000814-39.2014.5.04.0372	Penhora	11/06/2018	30/07/2018	49
0000473-16.2014.5.04.0371	Penhora	04/09/2017	21/10/2017	47
0000338-04.2014.5.04.0371	Penhora	28/08/2017	13/10/2017	46
0000489-95.2013.5.04.0373	Outros	15/01/2018	02/03/2018	46
0000270-53.2011.5.04.0373	Citação	15/12/2017	29/01/2018	45
0068100-18.2006.5.04.0371	Penhora	16/04/2018	30/05/2018	44
0049400-32.1999.5.04.0373	Notificação	14/05/2018	27/06/2018	44
0000936-83.2013.5.04.0373	Penhora	24/07/2017	05/09/2017	43
0024200-23.1999.5.04.0373	Penhora	18/06/2018	25/07/2018	37
0000119-85.2014.5.04.0372	Penhora	31/07/2017	04/09/2017	35
0031500-55.2007.5.04.0373	Notificação	07/08/2017	11/09/2017	35
0000399-59.2014.5.04.0371	Penhora	29/01/2018	05/03/2018	35
0000193-39.2014.5.04.0373	Penhora	18/06/2018	23/07/2018	35
0001350-81.2013.5.04.0373	Notificação	22/01/2018	23/02/2018	32
0000690-90.2013.5.04.0372	Notificação	05/02/2018	09/03/2018	32
0000690-90.2013.5.04.0372	Notificação	05/02/2018	09/03/2018	32
0001600-13.1996.5.04.0373	Citação	11/06/2018	13/07/2018	32

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

MANDADOS COM MAIOR TEMPO PARA ATRASO - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)

Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020734-72.2015.5.04.0304	Mandado	08/11/2017	05/02/2018	89
0021385-63.2016.5.04.0371	Mandado	18/05/2018	31/07/2018	74
0020331-83.2015.5.04.0731	Mandado	27/11/2017	08/02/2018	73
0021245-92.2017.5.04.0371	Mandado	22/11/2017	02/02/2018	72
0021382-68.2017.5.04.0373	Mandado	14/03/2018	25/05/2018	72
0021187-20.2016.5.04.0373	Mandado	24/11/2017	02/02/2018	70
0020442-48.2015.5.04.0511	Mandado	20/11/2017	26/01/2018	67
0020765-68.2016.5.04.0333	Mandado	05/12/2017	09/02/2018	66
0021307-32.2017.5.04.0372	Mandado	30/11/2017	02/02/2018	64
0020413-29.2017.5.04.0381	Notificação	16/11/2017	18/01/2018	63
0020482-52.2017.5.04.0384	Notificação	16/11/2017	18/01/2018	63
0020337-69.2016.5.04.0371	Mandado	01/12/2017	02/02/2018	63
0020680-93.2015.5.04.0373	Mandado	01/12/2017	02/02/2018	63



0020869-81.2015.5.04.0305	Mandado	01/12/2017	02/02/2018	63
0020767-21.2016.5.04.0371	Mandado	17/04/2018	18/06/2018	62
0021276-15.2015.5.04.0232	Mandado	18/04/2018	19/06/2018	62
0021012-45.2016.5.04.0205	Mandado	20/04/2018	19/06/2018	60
0020285-05.2018.5.04.0371	Mandado	16/05/2018	15/07/2018	60
0021324-02.2016.5.04.0373	Mandado	01/06/2018	31/07/2018	60
0021136-75.2017.5.04.0372	Mandado	06/12/2017	02/02/2018	58

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Por meio de consulta aos sistemas informatizado inFOR e PJe-JT, realizada no dia 12.09.2018, foi constatada a existência de 54 mandados (07 físicos e 47 eletrônicos) sem registro de cumprimento no prazo, conforme listagens abaixo:

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS FÍSICOS						
	Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0000296-46.2014.5.04.0373	373-00123/18	06/08/2018	Notificação	Maria Patricia Alves Montserrat	37
2	0000183-37.2010.5.04.0372	372-00055/18	13/08/2018	Penhora	Maria Patricia Alves Montserrat	30
3	0110000-29.1993.5.04.0373	373-00131/18	13/08/2018	Notificação	Maria Patricia Alves Montserrat	30
4	0051800-82.2000.5.04.0373	373-00138/18	20/08/2018	Penhora	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	23
5	0104200-10.1999.5.04.0373	373-00140/18	20/08/2018	Citação	Maria Patricia Alves Montserrat	23
6	0120100-38.1996.5.04.0373	373-00150/18	27/08/2018	Outros	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	16
7	0000822-52.2010.5.04.0373	373-00152/18	27/08/2018	Penhora	Maria Patricia Alves Montserrat	16

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.09.2018)

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020526-60.2015.5.04.0281	26/07/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	48
2	0020512-34.2014.5.04.0371	26/07/2018	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	48
3	0020161-22.2015.5.04.0211	10/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	33
4	0020161-22.2015.5.04.0211	10/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	33
5	0020050-37.2015.5.04.0373	23/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	20
6	0020359-56.2018.5.04.0372	13/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	30
7	0020379-47.2018.5.04.0372	13/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	30
8	0020118-82.2018.5.04.0372	15/08/2018	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	28
9	0020517-14.2018.5.04.0372	17/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	26
10	0020231-33.2018.5.04.0373	17/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

11	0020047-15.2017.5.04.0211	20/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	23
12	0020047-15.2017.5.04.0211	20/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	23
13	0021241-55.2017.5.04.0371	21/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	22
14	0020871-13.2016.5.04.0371	21/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	22
15	0020871-13.2016.5.04.0371	21/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	22
16	0020793-13.2016.5.04.0373	21/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	22
17	0020485-06.2018.5.04.0373	21/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	22
18	0021360-44.2016.5.04.0373	22/08/2018	Mandado	Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti	21
19	0020983-39.2017.5.04.0373	22/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	21
20	0020274-78.2017.5.04.0122	22/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	21
21	0020152-59.2015.5.04.0373	23/08/2018	Mandado	Delamar Pereira Nogueira Neto	20
22	0020601-86.2018.5.04.0025	24/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	19
23	0020502-64.2018.5.04.0204	24/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	19
24	0020658-70.2017.5.04.0371	27/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	16
25	0020658-70.2017.5.04.0371	27/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	16
26	0020181-78.2016.5.04.0663	28/08/2018	Mandado	Delamar Pereira Nogueira Neto	15
27	0020470-37.2018.5.04.0373	28/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	15
28	0020605-52.2018.5.04.0372	28/08/2018	Mandado	Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti	15
29	0020516-29.2018.5.04.0372	29/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	14
30	0020073-75.2018.5.04.0373	29/08/2018	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	14
31	0021145-11.2015.5.04.0371	29/08/2018	Mandado	Thiago Arthur Cembranel	14
32	0020540-54.2018.5.04.0373	29/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	14
33	0021729-13.2017.5.04.0661	29/08/2018	Mandado	Delamar Pereira Nogueira Neto	14
34	0020459-11.2018.5.04.0372	30/08/2018	Mandado	Delamar Pereira Nogueira Neto	13
35	0020530-22.2017.5.04.0251	30/08/2018	Mandado	Thiago Arthur Cembranel	13
36	0020405-43.2017.5.04.0384	30/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	13
37	0020560-51.2018.5.04.0371	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
38	0020486-25.2017.5.04.0373	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
39	0020127-47.2018.5.04.0371	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
40	0020157-82.2018.5.04.0371	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
41	0020480-18.2017.5.04.0373	03/09/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	9
42	0020480-18.2017.5.04.0373	03/09/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	9
43	0020474-77.2018.5.04.0372	03/09/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	9
44	0020367-30.2018.5.04.0373	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
45	0021370-94.2016.5.04.0371	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
46	0020434-95.2018.5.04.0372	31/08/2018	Mandado	Maria Patricia Alves Montserrat	12
47	0020878-02.2016.5.04.0372	31/08/2018	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 12.09.2018)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Sapiranga:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DELAMAR PEREIRA NOGUEIRA NETO

INFOR

2016/09 a 2017/08

2017/09 a 2018/08

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	00	00
Citação	65	62	11	14
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	48	50	47	47
Penhora	36	39	25	25
Outros	18	18	07	07
TOTAL	168	170	90	93

PJe-JT

2016/09 a 2017/08

2017/09 a 2018/08

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	104	117	673	117
Mandado	714	703	287	703
Ofício	01	02	09	02
TOTAL	819	822	969	822

LUCIANA ISABEL LISBOA SOARES GOMES

INFOR

2016/09 a 2017/08

2017/09 a 2018/08

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	04	04
Citação	32	32	18	18
Condução de Testemunha	02	02	00	00
Notificação	26	25	47	48
Penhora	38	38	16	15
Outros	15	15	15	14
TOTAL	114	113	100	99

PJe-JT

2016/09 a 2017/08

2017/09 a 2018/08

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	165	200	557	200
Mandado	672	667	196	667
Ofício	00	00	07	00
TOTAL	837	867	760	867

LUIZ ANTONIO SCALZILLI MENEGHETTI

INFOR

2016/09 a 2017/08

2017/09 a 2018/08

	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	00	00
Citação	27	28	07	07
Condução de Testemunha	00	01	00	00
Notificação	21	21	42	40



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Penhora	51	51	10	12
Outros	17	19	08	07
TOTAL	118	122	67	66

MARIA PATRICIA ALVES MONTSERRAT				
INFOR				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01
Citação	48	49	20	19
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	44	42	34	34
Penhora	38	36	18	19
Outros	11	11	05	05
TOTAL	141	138	78	78

PJe-JT				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	187	208	795	208
Mandado	773	679	175	679
Ofício	03	03	04	03
Total	963	890	974	890

THIAGO ARTHUR CEMBRANEL				
INFOR				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	02	02
Citação	51	51	09	09
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	29	30	19	20
Penhora	51	52	18	18
Outros	16	16	05	04
TOTAL	148	150	53	53

PJe-JT				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	160	175	933	175
Mandado	630	619	283	619



Ofício	04	04	08	04
TOTAL	794	798	1224	798

5 BOAS PRÁTICAS

Durante a visita, verificou-se que foi criada, no PJE, uma pasta denominada “área de zoneamento temporária” para destinar os mandados recebidos antecipadamente das Varas e que dependem de aguardo para o cumprimento (ex: mandados de condição coercitiva). Tal medida visa evitar que os mandados sejam computados na lista de pendências dos Oficiais de Justiça antes do prazo previsto para o seu cumprimento.

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados estão vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. A Unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas.

A Unidade é responsável pelo arquivo do Foro. Os processos arquivados antes de 2016 estão separados por lotes com informação sobre a Vara que estão vinculados, a partir desse período houve renumeração dos processos físicos e o arquivamento passou a observar sequência única. Segundo o Coordenador, após a implantação do PJE, reduziu consideravelmente a quantidade de processos físicos tramitando e pendentes de arquivamento, portanto até o final de 2019 a unidade não terá problema com o espaço físico disponível. A última remessa de lotes para o arquivo centralizado foi em 2014.

Há dois Agentes de Segurança e dois servidores lotados na CCDF. Afirmou o Coordenador que mesmo com o quadro funcional reduzido é possível administrar a demanda, enfrentando dificuldade apenas no período de férias. Neste caso, quando contam com apenas um servidor, há Portaria do Foro prevendo o fechamento da unidade ao meio dia.

A Unidade faz a unificação dos dados cadastrais de acordo com a demanda, que vem reduzindo em virtude de 80% dos processos tramitarem por meio eletrônico, faz o CLE, lançamento do protocolo recebido nos processos físicos e faz lançamento das petições encaminhadas pelo VIP. O processo eletrônico foi instalado no Foro em 18.08.2014. A CCDF faz a digitalização de todas as petições externas, ofícios, guias de depósitos encaminhadas pelos Bancos, todo tipo de correspondência que chega via correios e também auxilia os advogados na utilização do PJE, ainda que tal demanda tenha diminuído muito no último ano. A Unidade reduz a termo as reclamações verbais, nos últimos 6 meses foram pelo menos 3 a 4. Conforme informações do Coordenador, o atendimento no balcão destina-se o maior tempo à parte que pede informações e a cobrança de carga de processos não devolvidos no prazo é feita a cada 15 dias.

Também é responsabilidade do setor zelar pela manutenção dos prédios e resolver pequenas demandas. Disse o Coordenador que a Unidade faz a conferência das certidões nos processos físicos, verificando endereços e retificando quando necessário. O Coordenador também acompanha os cumprimentos e faz cobrança dos mandados quando o prazo para devolução é excedido. O Coordenador informou que a equipe de Oficiais de Justiça conta com cinco servidores. Relatou que a distribuição dos mandados físicos é feita semanalmente e dos eletrônicos diariamente. Os mandados urgentes são distribuídos de imediato. Nas férias de um Oficial de Justiça, os mandados que não demandam urgência são distribuídos quando cessado o período; e os mandados urgentes são distribuídos ao oficial plantonista. O regime de plantão é semanal. A cobrança dos mandados é feita por telefone ou é reencaminhado o e-mail enviado pela Vara. Não há como conferir as certidões no PJE, mas é possível acompanhar os prazos pelo painel. Os mandados físicos são devolvidos logo após o cumprimento.

Pelos dados obtidos, verifica-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pelos Oficiais de Justiça recuou 15,91% no interregno de 2017/09 a 2018/08, na comparação com os doze meses anteriores. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento (em média, 15,06 dias), seguidas pelas buscas e apreensões (média de 10 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (7,44 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 10,74 dias no período avaliado



– lapso 24,22% maior do que aquele verificado nos doze meses anteriores. Dentre essas diligências, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (10,90 dias), enquanto os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (8,93 dias).

De acordo com as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi considerável o número de mandado emitidos em processos eletrônicos cumpridos após o decurso do prazo legal, 1.786 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores entre 2017/09 e 2018/08 – o equivalente a 41,74% de todos os mandados cumpridos no período (percentual superior ao verificado nos doze meses anteriores). Dentre essas diligências, os mandados apresentam o maior índice de devolução com atraso (41,46%).

Na inspeção constatou-se a boa organização da Unidade e o empenho no trabalho pelos servidores que a integram.

7 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

Item 3.5 (Livro Carga de Advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

Item 4.3.5 (Mandados Pendentes de Devolução com Prazo de Devolução Vencido no Sistema Informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

8 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador, Tarcísio Parizotto, e os servidores da Unidade Judiciária, o Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga, das 10h30min às 11h à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a esse Foro.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada recebidos pelo Coordenador, Tarcísio Parizotto, e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Andréa Koliver, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Corregedor Regional e encaminhado para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT – e no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Corregedor Regional